

A CONCATENAÇÃO ENTRE ENSINO E DEFICIENTES VISUAIS NO ÂMBITO ESCOLAR: O FEITIO DE CONSTRUIR SABERES

Marcus Vinícius dos Santos Silva¹
Maria Cássia de Arruda Silva²
Ananda Antonia Gomes de Moura³
Gerlane Oliveira Aguiar⁴
Maria Sandra Pereira⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como meta primordial elucidar um amplo entendimento no que remete aos pontos e contrapontos da percepção das pessoas com deficiência ao longo dos anos, mediante uma ótica e perspectiva holística, elencando, posteriormente, como as instituições de ensino, nos dias atuais, podem favorecer o aprendizado dos alunos com necessidades especiais, em especial, aos que tem deficiência visual, diminuindo assim o abismo entre aprendizagem em relação aos sujeitos aprendizes portadores de deficiência. Arelado a isso se perpassa inicialmente a evolução histórica das pessoas com deficiência, com a finalidade de entender fidedignamente a origem dos entraves perceptíveis hoje. Destarte, na ótica e perspectiva de estudos aprofundados, buscamos corroborar com os estudos que já são notórios na atualidade e ainda mais ajudar a disponibilizar aos leitores algumas contribuições no que tange aos dilemas enfrentados pelas pessoas com deficiência, entre elas a visual, bem como algumas técnicas que podem auxiliar no processo ensino-aprendizagem dos alunos portadores das mesmas, a exemplo, o Soroban, mapas de alto relevo e recursos audiovisuais. Embora nos dias atuais a Constituição Brasileira vislumbre claramente o que é discriminação atos deletérios contra as pessoas com deficiência ainda são perceptíveis cabendo aos estudos atuais contribuir para desmitificação da inoperância das pessoas que apresentam algum tipo e grau de deficiência.

Palavras-chave: Deficiência, Deficiência Visual, Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Desde a passagem do período paleolítico para o neolítico, isto é, com a sedentarização da espécie humana, é perceptível diversos casos de preconceito e discriminação no que remete a pessoas com deficiência. Ao analisar em uma ótica e perspectiva histórica e holística se entende e compreende os pontos e contrapontos do quanto os deficientes foram vistos perante a sociedade, desde a idade antiga perpassando pela idade média, transição da idade média para a idade moderna até a contemporaneidade. Diante disso, o trabalho tem como

¹Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Pernambuco - UPE, marcus-vinicius@live.com;

²Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual de Pernambuco - UPE, cas123silva@gmail.com;

³Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual de Pernambuco - UPE, aantoniagomesdemoura@gmail.com;

⁴Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual de Pernambuco - UPE, gerlane3210oliveira@gmail.com;

⁵Graduada em Letras pela Universidade de Pernambuco – UPE, Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Formação de Professores pela UEPB. Grupo de Pesquisa: Teorias do sentido: discursos e significações, sandrinha-pereira@bol.com.br.

justificativa proeminente o involucramento de informações condizentes ao como os deficientes eram vistos ao longo dos anos, como também ao apontamento de alternativas para minimização do abismo entre deficientes visuais e o acesso à aprendizagem.

Na mesma conotação diversas transformações na sociedade são perceptíveis nos dias atuais, mudanças sociais, econômicas, políticas, institucionais, e com a escola não é diferente, sendo assim, é de suma importância, na contemporaneidade, a preocupação com uma Educação Inclusiva que concatene com os estudantes que dela necessitam. Atrelado a isso, não só a escola deve se adequar com obras arquitetônicas mais acessíveis, como também os professores com uma nova forma de abordagem do conteúdo a ser construído.

Para tanto, o trabalho objetiva: a) Realizar um levantamento bibliográfico do tratamento das pessoas com deficiência ao longo dos anos; b) Elencar estratégias de se construir o conhecimento com os alunos portadores de deficiência visual, como forma de diminuir o abismo entre ensino-aprendizagem em relação aos sujeitos aprendizes portadores de deficiência supracitada. Quanto à metodologia, foram empregadas análises documentais de teses, dissertações, artigos e livros concernentes ao tema proposto.

As dificuldades oriundas de uma cultura de preconceito, discriminação, falta de senso crítico contribuem definitivamente para o contexto atual da relação das pessoas com deficiência e a realização de suas atividades no meio social. Todavia, a harmonia entre todos os seres humanos é irrefutável para uma sociedade harmônica e a educação inclusiva tem um papel decisivo no referido processo, ao passo que condiciona a formação de uma identidade protagonista, da construção do saber, por parte dos que sempre foram vistos como marginalizados e inoperantes.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PONTOS E CONTRAPONTO

A história mundial resplandece, ao longo dos acontecimentos inauditos, questões relacionadas às pessoas com deficiência e como as mesmas eram vistas e tratadas com o passar do tempo. Ao analisar diante de uma ótica e perspectiva histórica tais acontecimentos, são notórias muitas ideias alarmantes quanto às pessoas portadoras de determinado tipo de deficiência. A exclusão social e discriminação eram e, infelizmente, ainda são bastante nítidas. Ventura (2011) esclarece que no passado os indivíduos chegavam a ser mortos, diante de algum tipo de comprometimento, felizmente hoje em dia isso não mais acontece,

entretanto, prevalece na contemporaneidade ainda uma forte exclusão, nas instituições, e asilos, por exemplo.

Inúmeros casos de preconceito foram vivenciados pelos deficientes ao longo da história, em contextos históricos diversos. As penalidades, e as formas de preconceito foram metamorfoseadas com o passar das décadas. Relatos de morte, abandono, de recém-nascidos, com alguma deformação puderam ser conhecidos diante de Livros Sagrados e escritos filosóficos, deixado por diversos estudiosos da Roma e Grécia Antiga de acordo com as ideias de Silva, 2012. Bez apud Peranzoni e Freitas (2000, n.p) corrobora alegando que:

Na Roma antiga, muitas crianças com deficiência ou que nasciam com alguma malformação eram abandonadas em pequenos cestos nas margens do Rio Tibre. Por outro lado, Roma também teve no seio de seu comando muitos imperadores que apresentavam algum tipo de deficiência, como: Júlio César, Ápio Cláudio I e Nero. Só que suas deficiências eram “escondidas” e ignoradas pelo povo, devido ao poder que estes possuíam em suas mãos para governar. (SILVA, 2012, n.p).

Na mesma conotação parece entender que os deficientes jogados em cestos seriam exclusivamente os marginalizados da sociedade, já que os ditos imperadores, que provavelmente adviriam de classes sociais mais favorecidas, foram contemplados pelo não abandono, posteriormente chegando a ocupar cargos de ser supremo no Império Romano.

No que concerne à Grécia Antiga, cumpri salientar noções relacionadas à civilização Espartana, quanto o culto ao belo, isso pode ser perceptível até em livros didáticos de Ensino Fundamental e Médio. Diante de tal preocupação com o belo, os deficientes sofreram duras consequências perante dessa precaução. Silva (2012, p.27) afirma que: “Na Grécia, na Esparta Antiga, prevalecia o culto ao belo, ao corpo escultural, preparado para a guerra. Por isso, a imperfeição física não era aceita socialmente, cabendo ao (...) conselho julgar se o deficiente deveria sobreviver ou não”.

Todavia, muitos historiadores, filósofos primitivos, generalizaram quanto ao fato de, exclusivamente, todas as atitudes da época, em direção aos deficientes, serem maléficas, que visavam o extermínio, essa afirmação sendo errônea. Silva (1987) divulga que existiram, nesse período em questão, dois tipos de atitudes em relação às pessoas enfermas, deficientes e idosas, estas eram: uma atitude de tolerância, aceitação, enquanto a outra atitude seria alicerçada nas ideias de menosprezo, e destruição.

Durante a Idade Média, mediante um contexto histórico bastante peculiar, com poucos avanços da ciência, marcado pelo forte poder da Igreja Católica, hegemônica no período,

qualquer descarte de crianças nascidas com deficiência era tido como pecado, sendo, portanto, um ato condenável. Walber e Silva (2006, 30) elucidam:

Com a ascensão do Cristianismo a partir do século IV, as ideias de eliminação compulsória de bebês com deficiência passaram a ser condenadas. O direito à vida passou a ser defendido pelos cristãos, pois as mulheres, as crianças e pessoas entendidas como “diferentes” passaram a ser consideradas “filhos de Deus” e donos de uma alma e, conseqüentemente, humanos. (WALBER; SILVA, 2006, p. 30, grifos dos autores).

Paradoxalmente, na Idade Média, as possíveis causas de indivíduos serem deficientes estariam no fato de serem criaturas do diabo, ou seja, o diabo era o proporcionador do surgimento desses indivíduos no plano terrestre. Diante dessa afirmação tão descabida de comprovações científicas, é possível pontuar o quanto era frágil às noções no que tange aos portadores de qualquer deficiência, como também a presença do preconceito era fácil de ser notada, diante da assimilação da procriação desses seres humanos serem fruto do diabo.

Doravante, na transição da Idade Média para Idade Moderna, no período de renascença, no qual as hegemonias religiosas decrescem, as cidades começam a surgir, juntamente com a nova classe social a burguesia, diversos acontecimentos, tidos como inauditos no momento, afloram. Em confluência a tudo isso, emerge novas noções de entender o homem, tendo, agora, como mola propulsora a ciência e a racionalidade. Silva (1986, n.p) contribui com essa ideia quando entende no período em questão que: “(...) muitos esforços começaram a ser desenvolvidos para compreender os problemas vividos por seres humanos deixados à margem da sociedade por milênios”. Em convergência com o exposto, as noções magico-supersticiosas que estavam estritamente relacionadas aos deficientes serem fruto de maldição, criação do diabo começam a ser inoperantes.

Os avanços, mesmo sendo insipientes e dados a curtos passos, neste período de transição, são indeclináveis para os posteriores avanços no que concerne aos deficientes, e sua valorização, no que remonta a um melhor interesse em buscar, de forma racional, justificativas plausíveis para diversos tipos de anomalias, sejam elas físicas, visuais, auditivas e mentais. Aranha (2001, p.06) corrobora: “No que se refere à deficiência, começaram a surgir novas ideias quanto à organicidade de sua natureza, produto de infortúnios naturais, conforme Paracelso e Sir Anthony Fitz-Hebert”. Além destes estudiosos, Cardano ocupa uma posição de destaque, frente aos seus estudos. Corrêa (2010, p. 18-19), afirma que:

No século XVI, os médicos PARACELSO e CARDANO começaram a defender a ideia de que os portadores de deficiência mental eram um problema médico e que isso acontecia por uma fatalidade hereditária ou congênita, passando a chamá-los de cretinos, idiotas ou amentes, não acreditando que

pudessem ser educados ou recuperados. Segundo eles, caberia aos médicos, e não ao clero, a decisão sobre a vida e o destino dessas pessoas. (CORRÊA, 2010, p. 18-19).

Quanto a Revolução Industrial, símbolo da Modernidade, o termo deficiente não só designa pessoas deformadas, ou que portem anomalias de diversos órgãos, entretanto, pessoas que não tinham aptidão física, ou apresentavam algumas dificuldades para exercer as atividades industriais. Atrelado a isso, é sabido que agora não só as guerras, epidemias e anomalias genéticas poderiam suscitar deformidades em seres humanos. O trabalho em condições precárias, principalmente desempenhados por mulheres e crianças, locais de trabalho insalubres, altas horas de trabalho, alimentação déficit e outros múltiplos fatores passam também a serem os responsáveis por inúmeras anomalias em humanos, em decorrência de acidentes mutiladores e doenças profissionais, de acordo com a teoria de Laraia (2009).

Na mesma perspectiva, defronte de tantos entraves vivenciados pelos indivíduos que apresentam alguma deficiência, o que parece ser a realidade do passado, quanto ao preconceito, intitulações de rótulos de incapacidade, parecem permanecer e amedrontar os mesmos no presente, como se o que prevalecesse fosse um ciclo vicioso, que nunca apresenta finalização. Ademais, a pessoa com deficiência se questiona, ainda hoje, quanto à justificativa de merecer tal destino, culpabilizando seus supostos pecados, pela punição de seres superiores, uma vez que não são reconhecidos no meio social como deveriam, ou seja, com igualdade e equidade. Pacheco e Alves (2007, p.243) explicam:

A associação da deficiência física a valores morais e de punição ainda pode ser vista atualmente, mesmo que de forma implícita, quando a pessoa com deficiência pergunta-se o que fez para merecer tal destino, ou quando exclui-se do contato social com vergonha da marca de seus 'erros' e 'pecados'. Esta postura expressa, muitas vezes, a auto exclusão da pessoa que por ser socializada com tais valores culturais, pode perceber-se como impura ou digna de punição/castigo. (PACHECO; ALVES, 2007, p. 243, grifos dos autores).

Na contemporaneidade, é sabido que muitos direitos foram reconhecidos a pessoas portadoras de deficiência, conquanto não é difícil verificar constantes atos de discriminação em consonância com pessoas portadoras de algum tipo de insuficiência seja física, psíquica e dentre outras; fazendo parecer que não existem leis ou documentos que reconheçam a discriminação em direção a essas pessoas. Entretanto, a Constituição Brasileira de 1988, quanto à discriminação por motivo de deficiência, esclarece:

Discriminação por motivo de “deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável. (BRASIL, p. 309, 2016).

Parece que se faz presente na sociedade vigente um grande antagonismo no que a Constituição Brasileira apresenta e o que é concretizado na sociedade. Não paulatinamente, é perceptível atos de aversão ao deficiente, como também a ausência de bons princípios, por parte de muitos sujeitos em detrimento de assegurar a igualdade perante a lei, seja de oportunidades, de liberdade ou de direitos humanos. Casos de desrespeito, falta de oportunidades de emprego, acessibilidade, educação especializada que atenda as necessidades das pessoas com deficiência são bem conhecidos no Brasil. Aranha (2001) adverte que a pessoa com deficiência, principalmente as que estão inseridas em um sistema capitalista, são vistas como desqualificadas, como um peso para à sociedade, pois não produz e não contribuem para a produção de capital.

Nos mesmos moldes do que foi supracitado, no que toca as dificuldades das pessoas com deficiência, a relação deficiência visual e aprendizagem eficaz é um imperativo forte para o levantamento de estudos e construção do segundo capítulo. A deficiência visual perante as instituições de ensino parece ser de difícil solução ou adaptação da mesma para ofertar um ensino satisfatório aos portadores de qualquer anomalia visual.

APRENDIZAGEM QUANTO AOS DEFICIENTES VISUAIS

Em um mundo contemporâneo marcado por diversas mudanças de paradigmas seja nas instituições financeiras, sociais, como também as educacionais, aparenta prevalecer o assincronismo de modelos arcaicos quanto ao que é esperado na atualidade. Os velhos dilemas e problemas perduram, ou até mesmo se acentuam, nesse mundo dito global e capitalista, em que a contradição prevalece.

À priori, é fundamental vislumbrar como a visão é entendida. Moreira (2014, p. 67) diz que: “A visão é responsável por 80% do que recebemos do mundo exterior. Influencia o desenvolvimento das aptidões intelectuais e psicomotoras e interfere na vida escolar e profissional do indivíduo”.

Levando em consideração a afirmação do autor, entende-se que a visão é preponderante sobre os outros sentidos, de fato ela é, entretanto, outros sentidos podem ser estimulados para suprir as necessidades dos portadores de deficiência visual. Dias e Vieira (2017, p. 180) afirmam: “Para a aprendizagem das pessoas cegas, o sentido da audição e do tato são considerados mais relevantes”, enquanto Sá et al. (2007, p. 21) reverbera que:

Para que o aprendizado seja completo e significativo é importante possibilitar a coleta de informação por meio dos sentidos remanescentes. A audição, o tato, o paladar e o olfato são importantes (...) para entrada de dados e informações (...) ao cérebro”. (SÁ, et al., 2007, p. 180).

A cultura errônea da inoperância e ausência de habilidades dos deficientes visuais (DV) suscita em vários momentos pensamentos paradoxais em relação aos seus potenciais, habilidades e competências, principalmente no meio educacional. Quanto à conceituação de deficiência visual, Miranda contribui da seguinte forma:

As pessoas consideradas com deficiência visual caracterizam-se por uma incapacidade ou limitação no ato de “ver”. Em outras palavras, entende-se por deficiência visual, uma impossibilidade total ou parcial da capacidade visual, consequência de alterações no globo ocular ou no sistema visual. (MIRANDA, 2008, p. 04).

Contudo, às dificuldades para os portadores de deficiência visual quanto à aprendizagem parece dar largos passos com o passar do tempo, em relação aos tempos remotos, porém ainda apresenta vários desafios a serem superados. Borges (2016, p. 28) acrescenta que os cegos ou indivíduos de baixa visão na antiguidade eram vistos como marginalizados, viviam a perambular pelas ruas, vivendo de esmolas, somente depois do século XVI é que asilos foram construídos para acomodar esses indivíduos, mas sem nenhum compromisso educacional. Pois, a ideia de que os deficientes visuais eram inoperantes prevalecia, como também as que explicavam que os deficientes visuais “capazes” e/ou inteligentes tinham poderes especiais.

No entanto, na contemporaneidade, a ideia de que deficientes visuais estão à margem da sociedade ou que não são instruídos caiu por terra, já que teorias mais racionais foram construídas ao longo do tempo em relação a esses indivíduos. No entanto, como já cediço, à aprendizagem quanto aos deficientes visuais requer bastante atenção, uma vez que falta de assistência, métodos e metodologias de ensino que favoreçam seu aprendizado são perceptíveis em muitas escolas brasileiras.

Nesse sentido à Escola Inclusiva é prevalectante para a concretização do sucesso escolar desses portadores de DV. Mas, como se pode conceituar uma instituição de ensino como inclusiva? Se a escola dispõe de projetos arquitetônicos que assegurem um bom acesso

ao aluno, como também se oferecer o ritmo de aprendizagem aos estudantes com DV, pode-se afirmar que a instituição é inclusiva, segundo defende Castro (2014).

Paradoxalmente, a ideia de educação inclusiva não está estritamente relacionada a projetos arquitetônicos, mas a outras nuances inclusivas, como uma formação destacada aos profissionais auxiliares dos DV, à extinção de conceitos prévios, bullying, gestos, atitudes e posturas em sala de aula que não correspondam ao esperado, por exemplo. Nascimento (2017, p. 08) corrobora:

Só há inclusão quando não apenas as barreiras arquitetônicas, mas principalmente, as atitudinais existem, possibilitando a acessibilidade necessária e eficiente, a ruptura de preconceitos ou estigmas, concedendo formação/participação educacional/social a todos os indivíduos. Além de tudo é imprescindível capacitação especializada aos profissionais que atendem a esse público (NASCIMENTO, 2017, p. 08).

No mesmo sentido, agora com foco na aprendizagem, Cerqueira e Ferreira (1996), elucidam que existem diversos métodos, recursos didáticos, para que o alunado atinja as metas estabelecidas pelo ambiente escolar, como os culturais: bibliotecas, acervos de obras de arte; naturais: elementos que existem na natureza; pedagógicos: cartaz, mapas, slides, imagens; e tecnológicos: computadores, televisão e etc.

Contudo, quando o assunto é o aproveitamento do que é ensinado aos deficientes visuais, outros métodos têm que ser empregados para que o aluno possa aprender. Sá et al. (2007), aborda que a visão é soberana mediante os demais sentidos, é através dela que a percepção se concretiza, através da identificação de formas, volumes, contornos, cores, imagens e a composição de paisagens e ambientes diversos. Dessa maneira, como os deficientes visuais podem apreender e entender o mundo que estão inseridos, bem como suas ciências se não dispõem da visão como fator decisivo para a aprendizagem? Parece que medidas alternativas são indissociáveis desse processo, tais como utilização de mapas de alto relevo, recursos auditivos, como músicas, poesias e audiobooks e entre outros.

A tecnologia Assistiva (TA) parece ser uma ferramenta congruente com o sucesso escolar das pessoas com algum tipo de deficiência, entre elas a visual. Proporciona o aluno com DV entender que é capaz, assim como os outros colegas de classe, de desempenhar as atividades mesmo que de forma diferente, mas com o mesmo fim. O Comitê de Ajudas Técnicas (2009, p. 09) afirma:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou

mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS, 2009, p. 09).

A TA, de baixa ou alta tecnologia, vem a incrementar a aprendizagem do aluno com DV em sala de aula. Aqui a ideia de ser diferente é normal aflora com grande magnitude, o ensino se torna o mesmo. Se a TA for implementada de forma coesa e coerente, o conteúdo a ser trabalhado pode ser o mesmo, o ensino se torna mais acessível e prazeroso, como a manipulação de materiais e objetos mais próximos do real. O termo autonomia pessoal ganha destaque.

Recursos como sistema braille, principal meio de leitura e escrita; soroban, objeto matemático que com a manipulação das mãos sobre o objeto é capaz de entender desde cálculos matemáticos simples até os mais complexos; jogo de memória tátil, representações de alto relevo, e dentre outros conseguem cumprir o papel de inserir os DV em um ensino marcado pelo aprendizado. Dessa forma, os DV entendem a dinâmica de diversas disciplinas, seja Geografia, História, Ciências, Matemática com as mãos e ponta dos dedos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da humanidade é cercada por enigmas quanto a diversos fenômenos sociais e naturais, no entanto quando o assunto é discriminação, preconceito e atos errôneos frente às pessoas que dispõem de quaisquer deficiências, estas informações são dispostas em diversos livros, documentos e, doravante, utilizadas por diversos estudiosos para um maior arcabouço teórico do assunto tratado. Desde a idade antiga até a atualidade casos de desrespeito e menosprezo as pessoas com deficiência são notórios. Na instituição escola isso não é diferente, sendo necessários uma emergência de ideais e novos métodos de ensino, uma vez que, assim como na sociedade, a escola desfruta e compartilha de indivíduos portadores de deficiência cabendo à mesma informar e formar a todos com igualdade e equidade.

Para tanto, materiais de fácil aquisição e custeio são fatores basilares indispensáveis para o supremo aprendizado dos alunos, os quais apresentam necessidades especiais, e, em especial, aos que dispõem de deficiência visual. O uso de mapas de alto relevo, jogos táteis, escrita braille são exemplos claros para o sucesso formativo dos alunos que apresentam necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **PARADIGMAS DA RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.** *Revista do Ministério Público do Trabalho*, ano XI, no.21, março, 2001, pp.160-173. Disponível em: < <http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acessado em: 02 de nov. 2018.

BORGES, T. C. B. **DEFICIÊNCIA VISUAL: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar no ensino médio.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: < <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/1236/5/Tamires%20Coimbra%20Bastos.pdf>>. Acessado em: 03 fev. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acessado em : 01 de nov. 2018.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva . – Brasília: CORDE, 2009. 138 p. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>>. Acessado em 05 jan. 2019.

CERQUEIRA, J. B; FERREIRA, M. A. **Os recursos didáticos na educação especial.** Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, 15. ed., abril de 2000. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2000/edicao-15-abril/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2000_ARTIGO3.pdf>. Acessado em: 30 de jan. 2019.

DIAS, E. M; VIEIRA, F. B. de. A. **O Processo de Aprendizagem de Pessoas Cegas: Um Novo Olhar para as Estratégias Utilizadas na Leitura e Escrita.** *Revista Educação Especial*, v. 30, n. 57, p. 175-188, jan-abr. 2017, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.

LARAIA, M. I. F. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho.** Dissertação de Mestrado em Direito. PUC-SP, São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8878/1/Maria%20Ivone%20Fortunato%20Laraia.pdf>>. Acessado em: 01 de out. 2018.

MIRANDA, M. J. C. **Inclusão escolar e deficiência visual: trajetória e processo.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, v. 3. n. 1 e 2, p. 1-21, 2008b. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2678>> . Acesso em: 03 fev. 2018.

NASCIMENTO, A. C. M. do. **Práticas Pedagógicas Para Alunos com Deficiência Visual – Aporte Teórico Sobre Como Trabalhar Com Deficientes Visuais No Contexto Educacional.** *Revista Includere*, v. 3 n. 1 (2017): Universidade em Movimento: Educação, Diversidade e Práticas Inclusivas. Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7366>>. Acessado em: 04 fev. 2019.

PERANZONI, V. C; FREITAS, S. N. **A EVOLUÇÃO DO (PRE)CONCEITO DE DEFICIÊNCIA.** *Revista Educação Especial.* Santa Maria, Edição 2000, n.16. 2000. Disponível em: < <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2000/02/a2.htm>>. Acessado em: 01 de out. 2018.

SÁ, E. D. et al. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual.** SEESP/SEED/MEC, Brasília. DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf>. Acessado em: 01 de fev. 2019.

SILVA, E. A. da. **Entre lutas, normas e preconceitos: pessoas com deficiência e os (des)caminhos da inclusão social.** Uberlândia-2000 à 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia-MG, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16444/1/ElieteAntonia.pdf>>. Acessado em: 30 de out. 2018.

SILVA, O. M. da. **“A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje”.** Cedas, São Paulo, 1987.

VENTURA, V. da. S. **Inserção da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho X Lei de Cotas:** Realidades e Propostas. Pós-Graduação “Lato Sensu”. Universidade Candido Mendes. Faculdade Integrada AVM, Niterói, 2011.

WALBER, V. B; SILVA, R. N. **AS PRÁTICAS DE CUIDADO E A QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA: INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO? .** *Revista Estudos de Psicologia,* Campinas, 23(1), p. 29-37, janeiro-março, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acessado em: 28 de out. 2018.